

Coluna do Castelo

Confronto ainda não favorece o Congresso



atender pleitos que não correspondam ao interesse público. Ficou claro que nem todos os pedidos de políticos se enquadram nessa linha de estrito respeito à

O recesso parlamentar não foi útil ao Congresso na emergência de fatos relacionados com a reação política à rejeição da Medida Provisória 296. Apesar de ter o presidente do Senado assumido as dores da instituição e repellido críticas dos ministros militares e do próprio presidente da República, os plenários fechados não propiciaram uma manifestação eloquente das casas legislativas.

moral administrativa. Essa, aliás, uma das razões que estimulam a esperança do presidente no parlamentarismo. Nesse sistema, os partidos tornam-se responsáveis e não terão como agir de outro modo, a não ser na busca da autenticidade e da eficiência.

Para a opinião pública, mais uma vez, ficou uma imagem negativa da representação política, com a vilegiatura de dirigentes e líderes pela área do Mediterrâneo envolvida numa alusão maliciosa do presidente da República. De lá não chegaram até aqui as vozes de protesto, mesmo porque, se ali se produzissem, seriam abafadas pela sugestão do cenário no qual elas se produziriam. O Congresso, assim, não conseguiu caracterizar a contestação dos militares ao seu comportamento como um episódio crítico, uma tentativa de confrontação capaz de definir uma crise político-militar.

Fica-se a perguntar como o PFL e o PRN, por exemplo, reagirão ao diagnóstico tão pouco lisonjeiro do papel que estão desempenhando junto ao governo. O senador Hugo Napoleão, presidente do PFL, que se acha em Miami não em passeio, mas para submeter-se a uma cirurgia de cordas vocais, convocou antes de viajar reuniões de governadores do partido e da bancada para reexaminar a ação partidária e suas motivações. Ele partiu da constatação de que as bases pefelistas não estão felizes com seus líderes, muito em função de um comportamento parlamentar que não dá dividendos.

Por enquanto, prevalece a avaliação de Collor de que não há crise militar, mas um mero episódio de reivindicação salarial conduzido em termos por ele mesmo inspirados para evitar desgastes da disciplina e afetação da ordem. Também pôde o presidente difundir a versão de que o governo se conforma em não ter uma maioria estável no Congresso, o que o condiciona a continuar a enfrentar as resistências mediante operações de campo. Os partidos não se caracterizam por sua organicidade, coerência e disciplina.

Já aí se vê uma das fragilidades do principal partido de apoio ao governo. Sua bancada parlamentar não tranqüiliza o governo, mas também não satisfaz sua clientela. Fica-se a pensar se não será pela ausência de atendimento de pequenas reivindicações locais e até mesmo se essas reivindicações são realmente legítimas, tal a repulsa que os pleitos do partido provocam no âmbito federal.

Sem ceder a injunções da fisiologia política, o presidente, invocando sua criteriosa decisão de não invadir com proposta partidária própria a área dos partidos, lamenta a situação existente, mas esclarece que não vai

Também com relação aos ministros do PFL no governo ninguém internamente está satisfeito. Nem as bases, nem a bancada, nem o comando. Mas até hoje o PFL não conseguiu sensibilizar o presidente para isso. Collor não parece inclinado a ceder no que se refere à permanência desses ministros.

Difícil mudar

Muito difícil mudar o critério de composição da Câmara dos Deputados para ajustá-la ao princípio de "um eleitor, um voto". O professor Alberto de Almeida volta ao tema para informar que os estados que seriam prejudicados têm 258 deputados, e os que seriam favorecidos, 236, com oito neutros, os do Rio Grande do Norte.

Pelos cálculos que fez, teriam reduzidas suas bancadas: Roraima, de oito para zero; Amapá, de oito para um; Acre, de oito para um; Amazonas, de oito para cinco; Pará, de 17 para 13; Maranhão,

de 18 para 13; Piauí, de 10 para oito; Ceará, de 22 para 21; Pernambuco, de 25 para 23; Paraíba, de 12 para 11; Alagoas, de nove para sete; Sergipe, de oito para cinco; Distrito Federal, de oito para cinco; Tocantins, de oito para três; Goiás, de 17 para 13; Mato Grosso, de oito para seis; Mato Grosso do Sul, de oito para seis; Rondônia, de oito para três; e Espírito Santo, de 10 para nove.

Ganhariam: São Paulo, de 60 para 114; Minas Gerais, de 53 para 58; Rio de Janeiro, de 46 para 51; Paraná, de 30 para 31; Santa Catarina, de 16 para 17; e Rio Grande do Sul, de 31 para 35.

Carlos Castello Branco